

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



### JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: ORIGENS DA TIRANIA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

**Renata Macêdo Leite<sup>1</sup>, Ana Elisa Linhares de Meneses Braga<sup>2</sup>, João Henrique de Lima Silva<sup>3</sup> Suianne Ferreira Soares Alencar<sup>4</sup> Eli Linhares de Meneses Borges<sup>5</sup> Karen Lacerda Vidal Braga<sup>6</sup> Joana D'arc de Sousa Almeida<sup>7</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho se dedicará a apresentara as origens da tirania a das violações de direitos cometidas no Brasil até o advento da Lei de anistia e posterior período denominado justiça de transição, período este que não contemplou apenas o Brasil, mas vários países da América Latina naquele período. O surgimento está atrelado ao Nazismo na Alemanha e o Fascismo na Itália, que corroboraram em regimes altamente autoritários e violadores dos direitos humanos, influenciando vários países no mundo a adotarem regimes também ditatoriais, inclusive o Brasil que viveu duas ditaduras a primeira mais tímida, no período de Getúlio vargas e a segunda a partir do Golpe Militar de 1964. Com este recorte histórico e cronológico a ditadura militar chega ao Brasil e trás consigo um legado de horrores, que passa por várias fases marcadas pelas atrocidades e violações até a Lei de Anistia que foi uma manobra dos militares para beneficiar torturadores, tendo em vista que mitos presos políticos não foram contemplados com esta lei e posteriormente se inicia a Justiça de Transição que é o nome dado ao processo de saída dos regimes autoritários e inserção no regime democrático.

**Palavras-chave:** Lei de Anistia. Ditadura. Justiça de Transição. Origens

#### 1. Introdução

A ditadura Militar no Brasil surge enquanto um agente de violações de direitos humanos, realizando uma série de atos nocivos á sociedade e persuadindo os seguidores da ditadura ao repassar a falsa sensação de segurança e organização econômica, afim de que à população pudesse acreditar que o regime era algo necessário ao desenvolvimento social e a manutenção da segurança nacional.

---

1 Universidade Regional do Cariri, email: renatapaiteamo@gmail.com

2 Universidade Regional do Cariri, email: anaelisahd@yahoo.com.br

3 Universidade Regional do Cariri, email: jhlima38@gmail.com

4 Universidade Regional do Cariri, email: suiannefsalencar@gmail.com

5 Universidade Regional do Cariri, email: eli.linharesborges@hotmail.com

6 Universidade Regional do Cariri, email: karenbraga8@gmail.com

7 Universidade Regional do Cariri, email: darcsousa@live.com

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



Foram tomadas medidas para resolver a crise econômica, tendo como base a "restrição de crédito, o arrocho salarial e o aumento da carga tributária e a reorientação dos gastos do Estado", facilitando a entrada de capital internacional e levando a falência diversas empresas nacionais de pequeno e médio porte. (BARROS, 1998, p. 16)

Em face das considerações do autor entende-se que os primeiros anos da Ditadura, representaram uma abertura da economia e celebração de acordos econômicos "preparando o terreno para o forte crescimento econômico iniciado no final da década de 1960, num processo constante de concentração de renda". (BARROS, 1998, p. 16)

As ações realizadas no período ditatorial eram justificadas pelos ATOS INSTITUCIONAIS por eles elaborados, porém tais documentos não atribuíram a legitimidade necessária para a realização de atrocidades, torturas e violações de direitos, essas ações ficaram a cargo da organização do poderio militar brasileiro, que contou com apoio e grande influência de outros países e estavam sob regime bem semelhante ao difundido no Brasil.

As forças políticas vitoriosas por meio do movimento político-militar trataram, desde a primeira hora, de mostrar a que vinham: sustaram a democracia e desencadearam uma verdadeira razia política (suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos, intervenção em sindicatos e outras organizações, invasão e depredação das sedes da UNE e do ISEB, inquéritos policiais-militares, perseguições, prisões, assassinatos, tortura etc). (SEGATTO, 2015, P. 52)

A sociedade viu-se refém de uma mídia totalmente direcionada aos interesses militares, principalmente com a restrição dos conteúdos a serem apresentados à sociedade, desde as emissoras de televisão e rádio até as músicas e as apresentações dos seus interpretes, todos deveriam passar pelo crivo militar e não deveriam mostrar à sociedade as ideologias contrárias ao regime militar, pois tudo o que era divergente do ideal ditatorial era considerado crime.

A restrição política impossibilitava que outros partidos considerados contrários ao regime militar pudessem se manifestar e atuar politicamente, neste período, houve uma série de restrições políticas e ideológicas, inclusive a subsunção dos direitos políticos com a não realização do processo eleitoral durante a vigência do regime, onde o país era liderado pelos militares.

Diante desse contexto de restrições e limitações à sociedade, os militares tomaram para si o direito de punir todo aquele que se mostra-se contrário ao regime vigente, o correto era a ideologia apresentada pelos defensores da ditadura e tudo o que se mostrasse diferente desse pensamento era considerado crime e este passível de punição.

Diante dessa ideologia, aconteceu uma série de crimes e violações de direitos, milhares de famílias tiveram entes perdidos, assassinados e

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: “Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais”



torturados, sofrendo ameaças por pensarem diferente do regime então vigente, até hoje existem famílias esperando respostas, aguardando os corpos dos seus entes que foram vítimas da ditadura militar.

O silêncio ainda é uma resposta para muitas famílias, pois até hoje existe uma grande incerteza a respeito da punição dos erros cometidos, existem pilhas de processos aguardando julgamento, uns já foram extintos e outros tramitam nos tribunais ainda sem resultados concretos.

Existem várias formas de realizar uma transição entre dois polos distintos, desde as formas pacíficas até aquelas marcadas por guerras e processos violentos, o uso da força e as lutas pelo poder marcaram as últimas décadas em vários países da Europa, América inclusive o Brasil.

Porém, qual seria o objetivo da “justiça de transição ou justiça transacional”, conforme preleciona o mesmo autor em seu texto, compreende-se enquanto a motivação e o objetivo dessa justiça a seguinte assertiva:

O objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação. O que foi mencionado anteriormente exige um conjunto inclusivo de estratégias formuladas para enfrentar o passado assim como para olhar o futuro a fim de evitar o reaparecimento do conflito e das violações. Considerando que, com frequência, as estratégias da justiça transicional são arquitetadas em contextos nos quais a paz é frágil ou os perpetradores conservam um poder real, deve-se equilibrar cuidadosamente as exigências da justiça e a realidade do que pode ser efetuado a curto, médio e longo prazo. (SEGATTO, 2015, P. 21)

Os processos de transição entre os governos autoritários e regimes desumanos não ocorreram de maneira uniforme e tão pouco pacífica para as sociedades, pelo contrário, muitas lutas precisaram ocorrer, a sociedade precisou mostrar a sua insatisfação, através de vários meios, inclusive a força corporal.

Torturas, mortes e restrições de Direitos formaram as raízes deste tipo de sistemática governamental, tomando para si aspectos de tirania e desídia para com a sociedade, desrespeitando todo e qualquer princípio correspondente aos direitos humanos, substituindo-os pelo interesse do Estado e pela tirania dos seus soberanos.

Porém o interesse em punir tais ações surge a partir de 1984, onde alguns países e instituições despertaram o interesse em discutir sobre o tema e realizar ações que pudessem proporcionar à sociedade ao menos uma sensação de que a justiça começaria a ser aplicada.

A justiça de transição ocorreu em diversos países sob moldes distintos, onde uns se apresentavam enquanto processos de anistias parciais ou gerais,

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



juízos ou saneamentos administrativos, o estabelecimento de comissões da verdade, compensação financeira e com gestos simbólicos, tais como a construção de monumentos ou a proclamação de dias comemorativos de "lembrança".

As anistias parciais e gerais compreenderam um conjunto de países que optaram por apagar da memória da sociedade os acontecimentos, apontando enquanto a resolução para os resquícios da tirania, o esquecimento revestido de modelo de pacificação social, como o que aconteceu no Brasil, que optou pelo processo de anistia enquanto uma forma de apaziguar o ambiente criado na Ditadura.

### 2. Objetivo

O objetivo base do presente trabalho é analisar os aspectos históricos que influenciaram na adoção do regime militar no Brasil, trazendo uma retrospectiva até a justiça de transição.

### 3. Metodologia

A abordagem do presente trabalho será bibliográfica e teórica, com análise qualitativa de dados e o método escolhido será o dedutivo e o histórico, por apresentar uma retrospectiva dos acontecimentos históricos ao passo que com essa análise dos acontecimentos chegaremos à algumas conclusões.

### 4. Resultados

Os resultados esperados com a presente análise são de fato pautados no surgimento da ditadura militar brasileira e nos fatores determinantes para o seu apogeu e ainda o acompanhamento do desfecho e dos atos desse regime até o ponto em que a Lei de Anistia foi elaborada, dando margem à interesses egoístas em sua literatura e ainda o aproveitamento dessa situação para benefício próprio dos militares colidindo no processo já mencionado no trabalho e cujo nome é Justiça de Transição, todas essas fases e elementos contribuem diretamente para a atual situação do Brasil pautada no negacionismo da ditadura e incentivo a volta desse regime ao poder.

### 5. Conclusão

Desta forma pode-se concluir que a ditadura militar brasileira foi diretamente influenciada pelos regimes ditatoriais europeus, e que o desfecho do período militar até o período da justiça de transição é marcado por graves violações aos direitos humanos e que o processo de transição da ditadura para a democracia no Brasil aconteceu a passos lentos e com a participação de resquícios ditatoriais já no período de transição para a democracia.

Os militares não foram julgados, o Brasil até hoje, mesmo com as condenações sofridas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ainda não correspondeu as medidas exigidas na sua condenação, o país ainda não teve uma prestação de contas a respeito dos seus mortos e para acabar de completar, o próprio presidente do Brasil eleito democraticamente é apoiador da ditadura militar e contrário aos direitos humanos.

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



### 6. Referências

BARROS, Cesar Mangolin de. **A ditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos.** Disponível em: [http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1198](http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1198). Acesso em: 08. Out. 2019

BRANDT, Cleri Aparecida. **Regime Nazista: as teorias ideológicas e educacionais moldando a formação do indivíduo nazi.** Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118393/brandt\\_ca\\_tcc\\_rcla.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118393/brandt_ca_tcc_rcla.pdf?sequence=1). Acesso em: 08. Out. 2019.

PELLEGRINI, Maria Carolina D'aloisio. **O fascismo e as fases de Benito Mussolini.** Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/23365490/o-fascismo-e-as-fases-de-benito-mussolini>. Acesso em: 08. Out. 2019.

José Antonio SEGATTO. **Crise política e derrota da democracia.** Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/#!/departamentos/sociologia/docentes/jose-antonio-segatto6407/>. Acesso em: 08. Out. 2019.